

IDEOLOGIA E POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: ORIGENS, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

IDEOLOGY AND POLITICAL POLARIZATION IN BRAZIL: ORIGINS, CAUSES, AND CONSEQUENCES

IDEOLOGÍA Y POLARIZACIÓN POLÍTICA EN BRASIL: ORÍGENES, CAUSAS Y CONSECUENCIAS

Alexandre Argon¹
Patrícia Gonçalves²

Resumo

Este trabalho analisa a origem e as consequências da atual polarização política no Brasil. Tal fenômeno afeta as relações sociais, gerando conflitos tanto no âmbito público quanto no familiar. Na esfera pública, o debate tem se tornado cada vez mais unilateral e ofensivo, abrindo espaço para políticos populistas e autoritários — além de ameaçar conquistas sociais, como os direitos humanos e as liberdades individuais. Embasando-se em autores da área, este artigo examina: (a) o conceito de ideologia; (b) o discurso de ódio como instrumento político; e (c) os modos de operação da ideologia, presentes nas redes sociais. Os resultados indicaram que as redes sociais foram fundamentais para a polarização política, pois fomentaram a relativização dos fatos.

Palavras-chave: polarização política; ideologia; redes sociais; democracia; ódio.

Abstract

This paper analyzes the origin and consequences of the current political polarization in Brazil. This phenomenon affects social relations, generating conflicts both in the public and family spheres. In the public sphere, the debate has become increasingly unilateral and offensive, opening space for populist and authoritarian politicians, in addition to threatening social achievements, such as human rights and individual freedoms. Based on authors of the area, this article examines: (a) the concept of ideology; (b) hate speech as a political instrument; and (c) the modes of operation present in social networks. The results indicated that social networks were fundamental for political polarization, as they fostered the relativization of facts.

Keywords: political polarization; ideology; social networks; democracy; hatred.

Resumen

Este trabajo analiza el origen y las consecuencias de la actual polarización política en Brasil. Tal fenómeno afecta las relaciones sociales, generando conflictos tanto en el ámbito público como en el familiar. En la esfera pública, el debate se ha vuelto cada vez más unilateral y ofensivo, abriendo espacio para políticos populistas y autoritarios — además de poner en riesgo conquistas sociales, como los derechos humanos y las libertades individuales. Sobre la base de autores del área, este artículo analiza: (a) el concepto de ideología; (b) el discurso de odio como instrumento político; y (c) las formas de operación de la ideología, presentes en las redes sociales. Los resultados indicaron que las redes sociales han sido fundamentales para la polarización política, pues fomentan la relativización de los hechos.

Palabras-clave: polarización política; ideología; redes sociales; democracia; odio.

¹ Bacharelado em Filosofia. E-mail: alexandre.storvo@gmail.com.

² Professora Mestre do Centro Universitário Internacional UNINTER.

1 Introdução

Há alguns anos, havia o senso comum de que o brasileiro não se importava com política. Dizia-se que nos interessávamos apenas pelas coisas consideradas fúteis, como carnaval, samba e futebol, por exemplo. No entanto, esse jargão popular não faz mais sentido, pois o brasileiro tem demonstrado grande interesse pela política. Semelhante ao que acontece entre torcedores de futebol, discursos exaltados e ofensas pessoais estão se tornando comuns, provocando animosidade nas mais diversas circunstâncias, seja nos ambientes públicos ou nos encontros entre familiares e amigos. Destarte, o que teria levado o brasileiro a mudar sua postura de suposto descaso para um profundo engajamento político? O surgimento das redes sociais e o modo como elas operam possui um papel fundamental na formação do cenário atual, mas não são as únicas responsáveis. Nesses últimos anos, nossa sociedade tem se fragmentado em nichos político-ideológicos, onde alguns políticos e eleitores se comportam não mais como adversários, mas como inimigos.

Diante desse quadro, esse artigo analisa a atual conjuntura, buscando respostas para uma melhor compreensão do fenômeno. A primeira parte do presente trabalho será pautada pelas seguintes questões: o que é a ideologia? Como ela se apresenta no cotidiano? Nesta seção, serão apresentados os argumentos de Marilena Chauí e de John B. Thompson sobre o tema. Em seguida, sob a ótica dos sociólogos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, estudaremos o período entre 2014 e 2016, etapa da História do Brasil considerada, por vários pesquisadores, o início da atual polarização política. Tais autores discutem a ascensão de governos autoritários e populistas pelo mundo que, ao minarem as instituições democráticas, estão conseguindo implementar seus projetos de poder.

O terceiro tópico objetiva compreender o funcionamento das novas mídias e como elas contribuem para a polarização da sociedade. Analisaremos, também, alguns estudos de Giuliano Da Empoli, que versa sobre como os políticos e os influenciadores digitais podem, em certos casos, utilizar sentimentos extremos como instrumento para angariar capital social e político. Segundo o autor, o sentimento de ódio, quando bem trabalhado, torna-se uma poderosa arma de manipulação psicológica.

Este trabalho pretende esclarecer algumas questões referentes ao problema da polarização política, abordando elementos filosóficos e sociológicos, sem ignorar, porém, as particularidades históricas e culturais do Brasil. O impacto da internet e das redes sociais ainda é um fenômeno recente e em constante mudança e, por esse motivo, não se pretende esgotar o assunto. Objetiva-se, a princípio, realizar uma breve introdução, buscando despertar o interesse

do leitor. Além disso, serão abordados alguns pontos relevantes para o conhecimento público, cujo objetivo é fomentar o uso consciente e responsável dessas tecnologias, com comprometimento ético e social.

2 Ideologia e polarização

O termo “polarização política” denota uma divisão entre dois polos ideológicos opostos, geralmente representados como direita e esquerda. Assim, os indivíduos possuem “ideologias” diferentes, e defendem formas distintas de resolver os problemas da sociedade. Por outro lado, o que é ideologia e como identificá-la? Como esta contribui para a radicalização política? Essas são as questões fundamentais presentes no início da presente pesquisa.

3 O que é ideologia? – Marilena Chauí

Em sua obra *O que é ideologia* (2008), Chauí diferencia os conceitos de “ideário” e “ideologia”. Normalmente, a ideologia é considerada um simples conjunto de ideias e, por essa razão, certos indivíduos, grupos ou instituições podem ser considerados ideológicos ou não ideológicos (CHAUÍ, 2008, p. 7). A autora argumenta que essa visão é um equívoco, pois um conjunto de ideias forma um ideário e não, necessariamente, uma ideologia.

Logo, para a autora, a confusão entre ideário e ideologia seria comum, pois toda ideologia contém um ideário; porém, nem todo ideário forma uma ideologia. A principal diferença entre os dois conceitos estaria em suas funções. A ideologia teria como objetivo “ocultar a realidade, e que esse ocultamento é uma forma de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política” (CHAUÍ, 2008, p. 7).

A História do Brasil é construída através da dominação política e exploração econômica de alguns grupos sobre outros. Inicialmente, a identificação de tais grupos era relativamente simples. No Brasil colonial, os portugueses constituíam o grupo dominante, e os índios e escravos os dominados. Entretanto, com o progresso industrial e burocrático, essas relações de poder foram se tornando cada vez mais complexas e difusas, difíceis de serem identificadas com clareza; contudo, Chauí nos alerta que as classes dominadas e dominantes ainda existem atualmente. Assim, o papel da ideologia seria, justamente, ocultar ou maquiagem essa relação.

A autora defende que o Estado, através do Judiciário e outras instituições, criaria e manteria leis que garantiriam os privilégios da elite econômica. Logo, o Estado “é a preservação dos interesses particulares da classe que domina a sociedade. Ele exprime na esfera política as relações de exploração que existem na esfera econômica” (CHAUÍ, 2008, p. 66); ou seja, se as

leis fossem claras e arbitrárias poderiam causar indignação entre a população, o que poderia gerar revoltas. À ideologia caberia, então, um papel legitimador, convencendo a população de que as leis são justas e necessárias.

No entanto, existem controvérsias em relação ao papel do Estado. Vivemos em um sistema democrático relativamente sólido, o que pressupõe que a população possui as ferramentas para realizar as mudanças políticas que julguem necessárias; porém, a ideia de ideologia como um instrumento de dominação e ocultação da realidade se configura como atual. Veremos, em seguida, alguns tópicos examinados pelo sociólogo americano John B. Thompson, que caracterizou algumas formas de ideologia, tornando-as fáceis de serem identificadas no cotidiano.

4 Ideologia e seus modos de operação – John B. Thompson

Thompson desenvolveu o conceito de ideologia em sua obra *Ideologia e Cultura Moderna*. O autor e Chauí adotam uma abordagem histórica, que se inicia no contexto da Revolução Francesa com o filósofo francês Destutt de Tracy.

Thompson caracteriza os modos de operação da ideologia, enquanto identifica suas formas mais comuns. O quadro abaixo sintetiza as ideias delineadas pelo autor:

<i>Modos Gerais</i>	<i>Estratégias Típicas de Construção</i>
Legitimação	Narrativização, Universalização e Racionalização
Dissimulação	Metonímia, Metáfora, Eufemização e Deslocamento
Unificação	Estandarização e Simbolização da Representação da Unidade
Fragmentação	Diferenciação de Um ou Mais Grupos e Expurgo do Outro
Reificação	Naturalização, Eternalização, Passivação e Normalização

Fonte: THOMPSON (2000, p. 80).

Legitimação: segundo Thompson, a legitimação é uma estratégia utilizada pelos grupos dominantes para convencer a população de que seus interesses equivalem aos da maioria das pessoas. É uma narrativa criada com intenção de justificar suas ações como sendo as melhores. Um exemplo histórico é aquele em que as mulheres eram proibidas de votar ou estudar: a legitimação estava em convencer as pessoas de que elas eram intelectualmente inferiores aos homens (THOMPSON, 2000).

Dissimulação: acontece quando os grupos dominantes tentam suavizar ou até mesmo negar problemas reais. Um exemplo atual é quando políticos e representantes do poder público negam ou minimizam os efeitos da pandemia do Coronavírus, mesmo com milhões de mortos pelo mundo (THOMPSON, 2000).

Unificação: através de uma linguagem estética ou emotiva, busca-se uma “padronização” da sociedade. O objetivo é fazer com que os grupos dominados se sintam parte do grupo dominante — mesmo que essa relação seja marcada por profunda desigualdade econômica e social. O hino, a bandeira, o discurso nacionalista e algumas religiões são exemplos de unificação (THOMPSON, 2000).

Fragmentação: segundo Thompson, quando os grupos dominantes percebem que sua hegemonia e privilégios estão sendo ameaçados, surge a necessidade de dividir ou fragmentar a sociedade, dificultando e enfraquecendo uma possível união entre os grupos dominados. Geralmente, a fragmentação ocorre simultaneamente à legitimação, pois, cria-se uma narrativa para tentar legitimar a questão. São exemplos de fragmentação: os ataques a etnias, imigrantes, partidários e políticos de oposição (THOMPSON, 2000).

Reificação: naturalização de determinados conceitos; é a ideia de que certas características ou valores históricos são permanentes e atemporais e, por isso, não podem nem devem ser mudados. O objetivo é a manutenção dessas características por interesse das classes dominantes. A visão de que pobres merecem ser pobres porque não estudaram ou que negros seriam “naturalmente” inferiores aos brancos são exemplos clássicos de reificação (THOMPSON, 2000).

Thompson aponta que essas modalidades raramente se apresentam de forma isolada, pois quase sempre se intercalam e articulam entre si, se construindo e difundindo no mundo social (THOMPSON, 2000). Assim como Chauí (2008), o autor defende que a ideologia é uma ocultação ou distorção da realidade, utilizada como instrumento para conquistar e manter a dominação política e econômica de alguns grupos sobre outros.

Destarte, podemos compreender a importância da linguagem na atualidade e como ela pode ser utilizada como instrumento de formação de opinião e manipulação intelectual. A ideologia se faz presente muito antes do advento das redes sociais, pois, desde o período colonial, são utilizadas narrativas para legitimar relações de exploração e poder. Antes, essa relação era exercida, principalmente, pelo uso da força; atualmente, em um contexto de valorização dos ideais democráticos e das mídias de comunicação em massa, esse domínio é feito pelo discurso. Logo, o discurso é o principal meio pelo qual as ideologias ganham substância, influenciando e, às vezes, determinando a forma como vemos o mundo.

5 O início da polarização política no Brasil

A eleição de 2014 foi uma das mais disputadas da história do Brasil. A presidente Dilma Rousseff, do PT, foi reeleita com pouco mais de 3% dos votos válidos em relação ao seu concorrente Aécio Neves. O governo do Partido dos Trabalhadores exerceu três mandatos consecutivos e sofria um certo desgaste político, o que acabou dando força ao candidato do PSDB. Essa eleição foi marcada por uma postura agressiva entre candidatos, com discursos ofensivos e ataques pessoais. Assim, o Brasil já demonstrava sintomas de radicalização política e ideológica antes de 2018 — quando as redes sociais passaram a influenciar de forma significativa o eleitor.

Na obra *Como as Democracias Morrem*, Levitsky e Ziblatt evidenciam a importância do conceito de “reserva institucional”. Em um sistema democrático, é fundamental que os políticos aceitem a legitimidade de seus adversários. Logo, os opositores nunca devem ser vistos como inimigos que precisam ser excluídos do debate público; pelo contrário, o político deve aceitar seu concorrente e reconhecê-lo como representante legítimo de parte da população. Desta maneira, é possível debater e apresentar as ideias livremente, em um ambiente minimamente civilizado e honesto; ou seja, os políticos devem se reconhecer como adversários legítimos no “jogo político”:

[...] podemos divergir, mas reconhecemos nossos rivais políticos como cidadãos decentes, que amam nosso país e respeitam a Constituição assim como nós. Mesmo se acreditarmos que suas ideias sejam idiotas, nós não os vemos como uma ameaça existencial. Por mais senso comum que essa ideia possa parecer, a crença de que oponentes políticos não são inimigos é uma invenção notável e sofisticada. Ao longo da história, a oposição aos que estavam no poder fora considerado traição (LEVITISKY; ZIBLATT, 2018, p. 104).

Desse modo, esse respeito mútuo envolve regras que, em muitos casos, são informais, não institucionalizadas e baseadas puramente no reconhecimento da legitimidade do adversário. Segundo os autores, essas regras seriam normas fundamentadas “simplesmente no bom caráter de líderes políticos, sendo códigos de conduta que se tornam senso comum dentro de uma comunidade ou sociedade particular” (LEVITISKY; ZIBLATT, 2018, p. 103).

Logo, esse reconhecimento do adversário é o âmago da democracia; quando são utilizados meios legais para atacar essas regras informais, afeta-se a reserva institucional: “A reserva institucional pode ser compreendida como o ato de evitar ações que embora respeitem a letra da lei, violam claramente seu espírito” (LEVITISKY; ZIBLATT, 2018, p. 107).

Assim, essas reservas funcionariam como um “termômetro democrático”, que alertaria sobre os perigos inerentes aos regimes autoritários. Quando tais reservas institucionais estão altas, considera-se que o momento político é de tranquilidade; por outro lado, quando as reservas estão baixas, evidencia-se um momento de forte tensão e radicalização, próximos do autoritarismo. Vale destacar que em regimes autoritários não há reconhecimento dos adversários e, portanto, não existe reserva institucional: “Políticos autoritários descrevem seus rivais como criminosos, subversivos, impatrióticos ou como uma ameaça à segurança nacional ou ao modo de vida existente” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 67).

Dessa forma, a partir do ano de 2014, as reservas institucionais brasileiras começaram, efetivamente, a diminuir. Os desgastes do governo petista, somados a uma rejeição por alguns segmentos da sociedade, em uma conjuntura eleitoral extremamente disputada, fizeram os ânimos se acirrarearem, culminando no impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2015.

Não se questionará a legitimidade do processo de impeachment, pois este não é o objetivo do artigo. Deve-se levar em conta que, em 2016, as reservas institucionais brasileiras tinham diminuído consideravelmente. Naquele período (2014-2016), as redes sociais ainda eram uma novidade para boa parte dos brasileiros, não tendo um papel relevante no resultado das eleições como ocorreu nas eleições de 2018. Mesmo assim, é possível perceber o início de um processo de radicalização por parte da sociedade.

Segundo Levitsky e Ziblatt, em contextos marcados por baixas reservas institucionais não há o reconhecimento da legitimidade dos adversários, o que aproxima a sociedade dos governos autoritários. A seguir, discute-se outro conceito importante dos autores: “grades de proteção democrática”.

6 As grades de proteção democrática

Levitsky e Ziblatt argumentam que, na atualidade, as democracias não mais são derrubadas de maneira violenta. Formas de governo autoritárias — como o fascismo, comunismo ou militarismo — não se adequam ao contexto social e político da maioria dos países ocidentais. A maior parte dos colapsos democráticos contemporâneos teriam sido protagonizados por políticos eleitos nas urnas:

Muitos esforços do governo para subverter a democracia são “legais”, no sentido de que são aprovados pelo Legislativo ou aceitos pelos tribunais. Eles podem até mesmo ser retratados como esforços para aperfeiçoar a democracia — tornar o Judiciário mais eficiente, combater a corrupção ou limpar o processo eleitoral. Os jornais continuam a ser publicados, mas são comprados ou intimidados e levados a se autocensurar (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 17).

Ou seja, as democracias se corroem por dentro, de forma legal. Neste cenário, os poderes legislativo e judiciário são dissolvidos ou cooptados, a imprensa é coagida e há um cerceamento das instituições por parte do poder estatal. Todo esse processo acontece de forma gradual, através de medidas aprovadas pelo Legislativo, ou legalizadas pelo Judiciário. O político autoritário verifica seus limites periodicamente, rompendo e ultrapassando quando possível. Muitas vezes, todo esse processo é imperceptível para a maioria da população, que assiste de forma natural os acontecimentos, sem compreender as nuances da escalada autoritária (LEVITISKY; ZIBLATT, 2018, p. 80).

Para Levitsky e Ziblat (2018, p. 98), não faltam exemplos de países onde a Constituição não foi suficiente para defender a democracia. Assim, os autores evidenciam o conceito de “grades de proteção democrática”; tais “grades” abarcariam regras não escritas e as instituições que garantiriam a ordem do sistema democrático, protegendo o governo dos líderes de perfil autoritário. Nesse sentido, algumas instituições importantes seriam os partidos políticos, a imprensa livre e os poderes legislativo e judiciário.

Nesse contexto, os partidos políticos seriam as primeiras “grades de proteção”, pois teriam a função de selecionar os candidatos e afastar políticos antidemocráticos, mantendo os “autoritários em potencial fora das chapas eleitorais em época de eleição” (LEVITISKY; ZIBLATT, 2018, p. 34). Na prática, nem sempre os partidos agem dessa forma, preocupando-se, muitas vezes, apenas com a popularidade do candidato e sua possibilidade de ser eleito.

O trabalho de uma imprensa livre é fundamental para informar a população, além de fiscalizar e expor as medidas exercidas pelo governo. Como uma das “grades”, a imprensa precisa ter um viés crítico e, de forma alguma, deve corroborar os interesses do Estado — que já possui seus próprios canais de publicidade.

Por sua vez, os poderes Legislativo e Judiciário devem limitar o Executivo; ou seja, precisam atuar como freios contramedidas inconstitucionais ou autoritárias. Em um sistema democrático, o presidente está submetido às leis e diretrizes institucionais, como qualquer cidadão comum. O político autoritário buscará deslegitimar, aparelhar ou dissolver as instituições supracitadas; ou seja, políticos e partidários de oposição, instituições legislativas e judiciárias e a imprensa livre serão os principais alvos de um projeto de governo antidemocrático (LEVITISKY; ZIBLATT, 2018, p. 17).

7 O impacto das redes sociais

Durante a maior parte do século XX, os principais meios de comunicação em massa foram a TV, o rádio e os jornais. Não demorou muito para que essas mídias fossem acusadas de tentar padronizar a forma de agir e pensar das pessoas. Ainda na década de 1930, a “Escola de Frankfurt” — através de filósofos como Theodor Adorno —, nos apresentou conceitos importantes, como a “indústria cultural”. Segundo Adorno, as grandes mídias desenvolveriam conteúdos com a intenção de manter e consolidar valores culturais que fossem de interesse das elites. Além disso, elas evitariam material crítico ou reflexivo, priorizando um entretenimento padronizado e sistemático, com o objetivo de distrair e conformar as pessoas, que não percebiam as contradições do sistema ao qual estavam submetidas (ADORNO, 2002, p. 16). A indústria cultural teria “envenenado de tal forma o homem que ele não é mais capaz de se dar conta desse processo, tornando-se alienado de sua liberdade de escolha, entregue a uma vida padronizada, normalizada e pasteurizada” (NOYAMA, 2019, p. 185).

Todavia, no fim do século XX, fomos apresentados a uma mídia muito mais poderosa que a TV ou o rádio: a internet. Esta rede modificou a forma como nos comunicamos, alterando diversos segmentos da sociedade; na medida em que a natureza das interações é instantânea e global, documentos e arquivos de áudio e vídeo passaram a ser compartilhados para milhões de pessoas. A mudança mais significativa, porém, viria com a popularização das redes sociais, através dos smartphones, que mudaram os hábitos de muitos indivíduos. Agora, muitos dedicam horas de seu dia aos recursos disponíveis na rede.

No âmbito da televisão, produzia-se material com a intenção de atingir o máximo de pessoas; as redes sociais, por outro lado, oferecem conteúdo personalizado e individualizado. Não demorou muito para que essa alta capacidade de engajamento fizesse com que grande parte dos usuários abandonassem as mídias tradicionais e migrassem para as novas mídias sociais. Dessa forma, para os brasileiros, o poder das redes sociais sobre as mídias tradicionais ficou clara com as eleições de 2018, quando Jair Bolsonaro venceu as eleições presidenciais daquele ano praticamente sem tempo de propaganda na TV. A equipe de campanha do candidato compreendeu o fenômeno dos *social media* e investiram significativamente no setor. Diante desse cenário, caberia a questão: como as redes operam e engajam os usuários?

7.1 Como operam as redes sociais

As redes sociais possuem grande utilidade. Além da comunicação rápida, aproximam amigos e parentes que antes quase não mantinham contato. No âmbito mercadológico, várias

atividades econômicas hoje dependem dessas tecnologias. Porém, o objetivo deste capítulo é realizar uma análise sobre os modos de operação e suas consequências.

O documentário *O dilema das redes* (NETFLIX, 2019) contém depoimentos de ex-funcionários de grandes empresas que administram as redes sociais, assim como relatos de especialistas da área de comunicação. Segundo Tristan Harris (antigo diretor de ética de design do *Google*), na programação de complexos sistemas de inteligência artificial (IA) são utilizados estudos sobre psicologia comportamental, cujo objetivo é nos condicionar para que fiquemos cada vez mais tempo entretidos (HARRIS, 2019). Segundo Harris, não importa o conteúdo veiculados pelas redes, mas, sim, o tempo de engajamento e conexão. Esse tempo de conexão, por conseguinte, é convertido em lucro para essas empresas. Segundo Sean Parker, o primeiro financiador do Facebook:

Nós fornecemos a você uma pequena dose de dopamina toda vez que alguém o curte, comenta uma foto ou uma postagem, ou qualquer outra coisa sua. Se trata de um *loop* de validação social, um ponto fraco da psicologia humana, eu, os programadores, Zuckerberg, todos tínhamos consciência disso, e mesmo assim o fizemos. Isso transforma as relações das pessoas entre si e a sociedade como um todo. Só Deus sabe o efeito que isso produz no cérebro dos nossos filhos (SOLON, 2017, n.p., tradução nossa).

Dessa mesma forma, tudo o que fazemos no ambiente virtual é monitorado e registrado por esses sistemas, desde mensagens pessoais, pesquisas, fotos e filmes. Esse material acumulado é transformado em perfis virtuais, cujo objetivo é “prever” os conteúdos que serão provavelmente consumidos, transformando os indivíduos em produtos: “É um novo tipo de mercado, que nunca existiu antes. Assim como temos um mercado que negocia o futuro do petróleo, temos um mercado que negocia o futuro do ser humano” (ZUBOFF, 2020, n.p.); ou seja, esse sistema cria uma mídia com alta capacidade de engajamento e manipulação psicológica. Ao contrário da TV, que buscava definir padrões, as redes sociais possuem alcance universal, nos fornecendo conteúdo individualizado.

Assim, nos smartphones, ocorre uma espécie de relativização dos fatos. Cada usuário possui sua própria rede de informação e comunicação, personalizada de acordo com suas preferências, para que fiquem o maior tempo possível conectados. Não há, então, nenhum comprometimento ético ou científico com o conteúdo consumido.

8 A instrumentalização do ódio

O cientista político italiano Giuliano Da Empoli pesquisa acerca da ascensão de políticos populistas pelo mundo e a relação destes com as redes sociais. Segundo a autor, os

políticos operam de forma semelhante às mídias. Se antes os discursos tendiam a convergir em direção ao “centro”, buscando atingir muitas pessoas, “[...] hoje, com as redes sociais, o objetivo é se unir aos extremos, inflamando paixões e cultivando o ódio” (EMPOLI, 2019).

Em *Os Engenheiros do Caos*, Empoli analisa como funcionam os algoritmos do Youtube, citando, como exemplo, um influenciador brasileiro:

[...] os brasileiros assistiram nos últimos anos a ascensão de youtubers de extrema direita, que souberam explorar o algoritmo da plataforma para multiplicar sua visibilidade e seu faturamento. Esse é o caso de N.M., um guitarrista amador com mais de 3 milhões de seguidores, alternando canções, dicas de videogame e sobretudo, uma variedade extraordinária de teorias da conspiração (EMPOLI, 2019, p. 60).

O algoritmo supracitado é um sistema de IA conhecido popularmente como “toca de coelho”, que seria composto pelas sequências de vídeos com alto índice de visibilidade e engajamento. Esses vídeos são frequentemente recomendados pelo Youtube e, muitas vezes, veiculam conteúdos extremistas e teorias conspiratórias. Tais conteúdos possuem alto poder de engajamento, fazendo com que o usuário passe mais tempo conectado. Não há uma preocupação com os conteúdos divulgados. De poesia infantil a antissemitismo, não há diferença para as redes sociais. Consequentemente, fenômenos semelhantes à “toca de coelho” acabam ocorrendo em todas as redes sociais: algumas vezes, é fomentado pelo sistema, que envia notificações e recomenda conteúdos; em outros casos, pelos próprios usuários, que bloqueiam e excluem os conteúdos que não lhes interessam. Este fato acaba por isolar os usuários, que são limitados a grupos de interesse semelhantes. Esse fenômeno é conhecido como “bolhas de informação” ou “bolhas de socialização”, um processo que ocorre em redes como o WhatsApp, através da criação de grupos sociais e compartilhamento de conteúdo.

Empoli argumenta que os programadores, influenciadores, políticos, e todos os personagens envolvidos nesse sistema, seriam uma espécie de “engenheiros do caos”:

[...] eles falarão de economia e outros assuntos, mas a essência de seu negócio é outra: a raiva. Os engenheiros do caos compreenderam, portanto, antes dos outros, que a raiva era uma fonte de energia colossal, e que era possível explorá-la para realizar qualquer objetivo, a partir do momento que se decifrassem os códigos e se dominasse a tecnologia (EMPOLI, 2017, p. 63).

Segundo o autor, o ódio pode se tornar uma ferramenta de considerável influência e poder. O ódio por mexicanos nos Estados Unidos ou por refugiados na Europa foi utilizado como meio para se chegar ao poder. No Brasil, os discursos de ódio disseminados por Jair Bolsonaro e muitos de seus seguidores se converteram em votos, que ajudaram a vencer as eleições presidenciais de 2018. Verificou-se ataques constantes a adversários políticos,

instituições legislativas e judiciárias, imprensa e artistas, entre outros. Um exemplo emblemático da capacidade destrutiva das redes sociais ocorreu em Mianmar, um país localizado no sudeste asiático. Grupos militares utilizaram as redes sociais para espalharem boatos e mensagens de ódio sobre uma minoria muçulmana, resultando em uma onda de assassinatos, estupros e outros crimes (FLEURY, 2018).

No Brasil, vive-se em um contexto social diferente daquele país, mas pode-se verificar alguns fatos preocupantes. Além dos conflitos de caráter político que nos atingem em esferas particulares e públicas, a polarização ameaça também nossa democracia. Assim, é possível, cada vez mais, presenciar manifestações populares que atacam as instituições e demandam intervenção militar.

Portanto, as redes sociais impulsionaram mudanças na vida social e na política. Na política tradicional, “cada um tinha direito a suas próprias opiniões, mas não a seus próprios fatos” (MOYNIHAN apud EMPOLI, 2019, p. 127). Na política exercida nas redes sociais, essa abordagem não é mais viável, pois cada indivíduo possui seus próprios fatos e verdades, personalizados e com fácil acesso em seus *smartphones*.

Assim, a ignorância e a contradição passam a representar uma bandeira política que, através de *tweets* e transmissões ao vivo, vão construindo uma realidade paralela para seus seguidores (EMPOLI, 2019, p. 128). Qualquer tentativa de construir um debate honesto e civilizado parece estar fadada ao fracasso. Para Empoli, os “engenheiros do caos” souberam aproveitar a oportunidade e as ferramentas disponíveis para obter vantagens pessoais: domínio político e ideológico, além de grandes dividendos financeiros.

Este seria, então, um momento de profunda reflexão, pois os novos tempos estão dissolvendo as antigas práticas e conceitos. Tais mudanças se processam a grande velocidade: a cada dia, surgem novos métodos e tecnologias, exigindo um significativo esforço físico e intelectual para articular novas formas de agir e pensar.

9 Considerações finais

Observa-se que as redes sociais foram fundamentais para a polarização política. Ao veicularem conteúdo personalizado, tais redes fomentam uma grande capacidade de engajamento, gerando uma relativização dos fatos. Neste cenário, cada grupo de usuários defende, incisivamente, suas próprias visões de mundo.

Vários políticos, influenciadores digitais e outras personalidades enxergaram nas redes uma oportunidade para lucrar e conquistar seus objetivos. Tais indivíduos fundem o

conhecimento de programação de dados com elementos de linguagem e psicologia comportamental, instrumentalizando o ódio, o medo e outras paixões a seu favor.

No Brasil, ao menos desde 2014, verifica-se uma radicalização dos discursos, o que fomenta posturas extremistas. O ataque às instituições, assim como a intolerância e a desconstrução dos adversários políticos enfraquecem a democracia, o que estimula o autoritarismo.

O Brasil é uma sociedade estratificada social e economicamente, sendo constituído por indivíduos com diferentes interesses e perspectivas de mundo. A história do país é marcada por relações de exploração e poder, que ainda se refletem em nossa sociedade. Segundo dados de 2020 do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o Brasil é a sétima economia mais desigual do planeta, à frente apenas de países do continente africano, como Namíbia, Zâmbia e Moçambique. Evidencia-se, então, que a grande desigualdade que se verifica em nosso país contribui, em certa medida, para o atual momento de instabilidade e polarização.

O objetivo deste artigo foi compreender esse novo contexto social, mas sem nenhuma pretensão de esgotar o tema estudado. A dinâmica das redes exige uma constante atualização e revisão sobre conteúdos produzidos, envolvendo várias áreas do conhecimento. Por isso, é essencial buscar novas fontes de informação, atentando para a questão da confiabilidade e credibilidade das pesquisas.

A maioria dos usuários ignora a capacidade de manipulação psicológica das redes sociais. Assim, é fundamental elucidar como as tecnologias utilizadas nas redes sociais funcionam. Esse seria um primeiro passo para promover uma “desintoxicação” do debate público, levando-o para um ambiente mais pacífico e racional. Esta seria uma forma mais justa de debatermos os problemas do país e buscarmos soluções realistas que, de fato, promovam melhorias na sociedade.

Referências

ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**. São Paulo: Martins fontes, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia?** São Paulo: Brasilense, 2008.

DA EMPOLI, Giulliano. **Os Engenheiros do Caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

FLEURY, F. Posts de militares de Mianmar no Facebook impulsionaram genocídio. **R7**, [S.l.], 19 out. 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/posts-de-militares-de-mianmar-no-facebook-impulsionaram-genocidio-19102018>. Acesso em: 12 set. 2022.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

NOYAMA, Samon. **Estética e Filosofia da Arte**. Curitiba: Intersaberes, 2019.

PAIXÃO, A. E. **Sociologia Geral**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

O DILEMA das redes sociais. Dirigido por: Jeff Orlowski. Los Gatos: Netflix, 2020. 1 vídeo (1h34m).

SOLON, O. Ex-Facebook president Sean Parker: site made to exploit human 'vulnerability'. **The Guardian**, [S.l.], 9 nov. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2017/nov/09/facebook-sean-parker-vulnerability-brain-psychology>). Acesso em: 12 set. 2022.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZUBOFF, S. [Entrevista cedida a] Jeff Orlowski. *In: O dilema das redes sociais*. Dirigido por: Jeff Orlowski. Los Gatos: Netflix, 2020. 1 vídeo (1h34m).